



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 08/10/2019

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, em convocação para realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I, subsolo - Cidade Nova, reuniram-se pelo segmento dos usuários – **conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheira suplente Regina Clélia de Oliveira Bueno; (Grupo Pela Vidua – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro suplente Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2); conselheiro suplente Sérgio Fernandes de Castro (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: **conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ) e o conselheiro Alexandre de Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – conselheira suplente Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Cristiany da Silva Ávila (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Camila Nascimento (Viva Rio) e a conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro). A reunião teve início após a segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos, com quórum previsto no Regimento do Conselho. O **Secretário Executivo David Lima** deu início à reunião chamando para compor a Mesa para a direção dos trabalhos a **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Comissão Executiva.** Pelo segmento dos usuários: **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** e o **conselheiro José Cosme dos Reis**. Pelo segmento profissional de Saúde: **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento**. Pelo segmento gestor/prestador de serviço do SUS: **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres**. A seguir, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** que pediu ao **Secretário Executivo David Lima** para fazer a leitura da pauta: Distribuição da ata de 10/09/2019. **1) Deliberação da ata de 13/08/2019; 2) Deliberação dos processos: 09/001.517/2018 (Volume I e II). Assunto: requalificação de 06 leitos de UTI Neonatal, Tipo II do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – AP 2.2; 09/004.034/2018. Assunto: Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras de Câncer de colo do útero (SRC) – Policlínica Manoel Guilherme da******

Silveira - **AP 5.1 - 10 minutos; 3) Ofício nº 04/2019 da S/SUBGEX/CGPE.** Solicita desligamento da Comissão de Educação Permanente e escolha de novo(a) representante – **10 minutos; 4) Indicação de representante usuário para o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - 10 minutos; 5) Apresentação de Naturologia - conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez - 15 minutos; 6) Esclarecimentos sobre o “PCCS da Saúde e seu andamento” e a “Situação das Unidades na prevenção a incêndios” - 15 minutos; 7) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos: 7.1) Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 1 - conselheira Dayse Demori; 8) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos; 9) Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos; 10) Informes da Gestão da SMS - 10 minutos; 11) Informes do Colegiado - 5 minutos por conselheiro. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a aprovação da pauta, com a inversão do item sete no lugar do item três, que foi aprovada por maioria simples. Após a leitura do item um, a Ata de 13.08.2019 foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria simples. Leitura do item dois: A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez o relato dos documentos inclusos nos processos: 09/001.517/2018 - requalificação de 06 leitos de UTI Neonatal, Tipo II do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – AP 2.2 e 09/004.034/2018 Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras de Câncer de colo do útero (SRC) – Policlínica Manoel Guilherme da Silveira - AP 5.1. Ressaltou que a Plenária do CMS/RJ deveria dar o seu parecer favorável ou não ao parecer que a Comissão Executiva do CMS/RJ deu ao aprovar o objeto de ambos os processos. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação os dois processos que foram aprovados por maioria simples. Dando prosseguimento, foi feita a leitura do item sete (atendendo a inversão de pauta aprovada): Comissão de Educação Permanente – Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 1. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres**, primeiramente, esclareceu que a Comissão de Educação Permanente havia cedido aquele espaço de tempo para que se fizessem algumas capacitações, levando em conta temas escolhidos pelos próprios conselheiros. Acrescentou que o tema mais solicitado foi “prestação de contas”; que pensava em fazê-lo em três etapas; que estava ali para fazer a primeira e, assim, deu início a sua explanação. Ao final da apresentação - aplausos. Leitura do item três: Ofício nº 04/2019 da S/SUBGEX/CGPE. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que pediu desligamento da Comissão de Educação Permanente por causa do excesso de demandas que tem tido. Então ficou decidido que o **conselheiro Adelson Gunzburger** preencheria a vacância na referida Comissão, a qual se reúne sempre na segunda quarta-feira de cada mês, na sala da Presidência, na Secretaria Executiva do CMS/RJ às 14 horas. Leitura do item quatro: O **Secretário Executivo David Lima** pediu uma Questão de Ordem. Informou que a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca fica na área da AP 3.1. Então cabe ao CDS da AP 3.1 indicar o representante usuário para o Comitê de Ética em Pesquisa da referida Escola. Em seguida, pediu a retirada desse ponto em respeito aos membros do CDS da AP 3.1. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a retirada desse ponto, a qual foi aprovada por maioria simples. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** pediu uma Questão de Esclarecimento. Antes de prosseguir, pediu orientação da Secretaria Executiva. Informou que a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca é importante não só para a população da AP 3.1, mas também para toda a população do município do Rio de Janeiro. Isso pode ser interessante para os conselheiros distritais de todas as áreas da cidade. Se houver possibilidade de abrir espaços, que abram para os outros conselhos distritais de saúde para que estejam inseridos nessa questão do comitê de ética e pesquisa. **Uma conselheira que não se identificou** esclareceu o que é discutido na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca não pode ser divulgado. Leitura do item cinco: “Apresentação de Naturologia”. A **conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** disse que irá dividir a apresentação em duas partes por causa do pouco tempo que tem: a primeira agora e a segunda na reunião ordinária de novembro. Em seguida, deu início à apresentação com slides e comentários. Ao final da apresentação - aplausos. Leitura do item seis: “Esclarecimentos sobre o PCCS da Saúde e seu andamento” e a “Situação das Unidades na Prevenção a incêndios”. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que a Mesa de Negociação chegou a um consenso do que seria o interessante como um Plano de**

Cargos, Carreiras e Salários. Porém existe um estudo do impacto financeiro que essa implantação teria a curto, médio e a longo prazo; que do ponto de vista da situação orçamentária e financeira, a curto prazo, seria bastante complicado a implantação desse Plano de uma só vez e que estão tentando escalonar essa implantação dependendo do recurso financeiro previsto para tal. Sobre a prevenção a incêndios nas Unidades, afirmou que esse assunto tem sido pauta em todas as reuniões de subsecretários que acontecem às segundas-feiras no Gabinete da Secretária; que a Secretaria está montando treinamentos nas Unidades para que haja estrutura que atenda a todas as recomendações de prevenção a incêndios e outros sinistros com a participação da Defesa Civil e, também, do Corpo de Bombeiros no que diz respeito a incêndios; que no dia 03 de outubro aconteceu o primeiro evento (treinamento) no Hospital Municipal Souza Aguiar com a participação de diretores e gerentes de Unidades; que esses eventos continuarão a acontecer também com a participação de gestores, profissionais, usuários e pacientes. A seguir, a **Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes** do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, com a palavra, comunicou que sentia frustrada por não ter nenhuma informação nova a respeito do PCCS; que, embora, uma vez por mês, durante todo o ano, tenham se sentado com a secretaria e os sindicatos, chegavam ao final do ano e nada aconteceu para que o PCCS fosse aprovado com o argumento que o impacto financeiro provocaria. Acrescentou que o PCCS deveria ser encaminhado para a Câmara Municipal para que pudesse ser resolvido; entendia que o orçamento está péssimo porque as Organizações Sociais estão sem pagar os seus trabalhadores até hoje, mas que o PCCS é uma luta dos servidores públicos da Saúde do Município que o pleiteiam desde gestões passadas. Sobre a questão dos incêndios, pediu que constasse em ata e fazia questão que a secretaria fornecesse datas, porque se acontecer algum incêndio, a secretaria irá aparecer nas mídias e dirá que apresentou no CMS/RJ planos para fazer treinamentos no caso de incêndios. Por fim, disse que fazer planos é uma coisa, ter datas para apresentar os planos no caso de incêndio no Souza Aguiar, no Salgado Filho é outra coisa. Em seguida, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, disse quanto ao PCCS, lembrou que em dezembro o ano se encerra e se entra em recesso; que a Câmara Municipal não funciona em dezembro, janeiro e fevereiro; que se o PCCS chegar à Câmara Municipal em dezembro, ele só será discutido em março, sendo que, depois, deverá passar pelas Comissões de Orçamento e Comissão de Planejamento para chegar à Mesa Diretora para ser avaliado se deve ou não ir para plenária para ser votado. Que após tudo isso, já será junho, quando tudo deverá parar por ser ano eleitoral. Concluiu que já conhecia essa história porque acompanha de muito tempo. Quanto à questão dos incêndios, disse que no Hospital Pedro II aconteceu dois incêndios e que não houve comoção com o ocorrido. Após, não houve nenhum plano ou planejamento para evitar que acontecesse novamente. Disse desejar saber por que só depois do acontecido com o Hospital Badim resolveram tomar providências. Referiu-se a esses que estão tomando conta dos hospitais, como tomaram conta do Joari, lá em Campo Grande, eles chegam lá e colocam um vestido novo dentro de um corpo velho, mas o Corpo de Bombeiros do Estado não fiscaliza a estrutura do prédio; o Joari está lindo, maravilhoso, acarpetado, mas a estrutura hidráulica tem 40 anos. Disse que essa gestão é focada no momento; que esperam as pessoas morrerem, as coisas (o desastre, o sinistro) acontecerem para começarem a pensar na solução do problema que há muito foi detectado. Ao final, disse que existe uma lei estadual dispondo que em qualquer prédio com mais de cinco andares é obrigatório ter uma brigada de incêndio e que no Hospital Pedro II e no Hospital Rocha Faria não existe essa brigada; que porteiros e vigilantes não são capacitados para fazer escoamento em caso de incêndios ou qualquer outro sinistro e que somente o bombeiro civil é capacitado para isso. Disse estar decepcionado com o Conselho, pois passaram o ano inteiro discutindo coisas e não chegou à conclusão nenhuma. Está é a pior gestão do Conselho Municipal que já participou. Após, a **conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento** agradeceu a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres pelo esclarecimento feito sobre o PCCS porque na secretaria ninguém se interessou em esclarecer o que haviam solicitado. Disse que pedir esclarecimentos é um direito da Saúde que vem lutando há muito tempo por isso; que tinha em mãos o plano de governo do Crivella em 2016 e ele mencionava o PCCS da Saúde para 2017 e já estamos finalizando 2019 e nada há de novo. Esclareceu o que tinha a dizer já foi pelo conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e

que era provável o prefeito estivesse sonhando em se reeleger e, quem sabe, talvez nos enrolar dizendo que vai aprovar o PCCS depois de eleito. Em relação à prevenção de incêndios, contou que o Hospital Nise da Silveira, onde trabalha, já ocorreu um incêndio e não foi muito divulgado; os colegas conseguiram apagá-lo antes dos bombeiros chegarem e, se estivesse lá, naquele momento, não saberia o que fazer, pois, sequer saberia mexer com o extintor. Acrescentou que fez uma pequena pesquisa com os colegas que tem um grupo de servidores e ouviu que no Hospital Municipal Souza Aguiar não tem treinamento; que no Hospital Lourenço Jorge e Hospital Jesus, colegas disseram que não viam extintores de incêndio e que esses relatos estão no Google. **Alguém que não se identificou** disse que depois que aconteceu o acidente no CER, colocaram extintores no Hospital Lourenço Jorge e, então, a **conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento** declarou que foi preciso o incêndio acontecer para que fossem tomadas providências. Somou que uma colega do Hospital Municipal Salgado Filho, que trabalha no sétimo andar daquele hospital, disse que se acontecesse um incêndio lá, não saberia o que fazer. Concluiu que era necessário fazer cobranças quanto a providências com relação à prevenção de incêndios para segurança dos profissionais e dos pacientes e que não acreditava que o PCCS, pelo que foi visto, fosse sair e mais uma vez a Saúde é desvalorizada e a categoria esmagada, sem passagens para ir trabalhar e com salários atrasados. A seguinte a ter a palavra foi à **conselheira Neide Maria Neres Tinoco**, que parabenizou a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres pela apresentação feita dizendo esperar que a conselheira futuramente pudesse trazer aulas mais estendidas porque precisavam saber como o dinheiro público entra, como sai e como é aplicado; que precisavam ficar mais atentos às emendas participativas que entram e saem; que no Conselho Distrital da AP 5.2 chegou notícia de que estava vindo dinheiro dos deputados federais. Perguntou pelo dinheiro das emendas participativas dos deputados estaduais e dos vereadores e falou da importância de se saber a quem devem pressionar para se fazer cumprir a legislação a respeito desse dinheiro que é público e saiu do bolso do povo e que o Conselho de Saúde não pede favores a políticos e autoridades, apenas exige o cumprimento do direito. No que diz respeito ao PCCS, reforçou a palavra da colega do SATEMRJ e do conselheiro Geraldo Batista de Oliveira somando que o PCCS é da época do ex-prefeito César Maia e continua no forno com as alegações de estudos do impacto financeiro; quando cismam em moralizar, ajustar e enxugar as contas públicas, eles pensam logo no servidor estatutário. Referiu-se ao ticket alimentação que há mais de 20 anos não tem aumento. Falou da importância de se organizar para se fazer a cobrança do PCCS porque o servidor dedica anos ao trabalho e no fim fica esquecido por todos; os ex-prefeitos César Maia, Eduardo Paes (este por oito anos) enrolaram o servidor e o atual, Marcelo Crivella, também o está fazendo. Ademais, lembrou que o profissional de saúde não funciona sem o administrativo, pois depende dele e que deveria se pensar em trabalhador da Saúde em todos os sentidos. Dirigiu-se a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres para pedir providências no sentido de resolver os problemas da Cegonha Carioca parada por não ter combustível; dos profissionais de Clínicas de Organizações Sociais com salários atrasados sendo que algumas Organizações Sociais pagam somente o transporte; motoristas que servem os Conselhos de Saúde com atraso nos salários e sem combustível. Contou que na Clínica Isabela Severo há somente um médico para atender mais de 20.000 pessoas; esse médico está com problemas (entraves burocráticos federais) no REVALIDA; que o gerente da Unidade está contratado como gerente recebendo um salário de agente de administração; a Organização Social IPECEP precisa cumprir melhor o contrato que tem com a Prefeitura; os profissionais das Clínicas Isabela Severo, José de Paula Pontes e Antônio Villa Sobrinho estão desmotivados, cansados, oprimidos, trabalham sob pressão e acabam por maltratar os pacientes que não têm culpa nenhuma do que lhes acontece. Falou, ainda, do protocolo do Ministério da Saúde que considera as mulheres de uma determinada idade não fazem câncer e por isso, não fazem uma prevenção. Disse que precisam rever e tentar mudar esses protocolos porque as pessoas continuam nas filas, independentemente da faixa etária e que, na verdade, não era isso que viam no INCA. Também se referiu ao fato do Estado e do Município quererem assumir a administração dos Hospitais Albert Schweitzer e Rocha Faria e nessa briga quem paga a conta é o usuário que fica sem os serviços, juntamente com os profissionais de saúde que ficam em uma tremenda insegurança. Prosseguindo, disse que a AP 5.2 tem quase 40

Unidades de Saúde de Atenção Básica e que estão sem profissional de Educação Física para atender às Academias Cariocas. Que também recebeu uma nota onde a IPECEP não tem dinheiro e assim que tiver irá pagar seus funcionários. Questionou o lastro financeiro que a IPECEP deveria ter quando da contratação com o serviço público. Ainda referiu-se ao CMS Manoel de Abreu e CMS Edgard Magalhães Gomes que têm cada um deles três médicos para atender as 19.000 e 20.000 pessoas da área. Para terminar, disse que no CMS Dr. Oswaldo Vilella existe um conjunto de atividades, inclusive diversas danças; que se inscreveu em uma delas para dançar e no dia seguinte a assessoria do vereador Zico ligou para ela, e, então a conselheira perguntou qual era o motivo daquela ligação e o assessor do vereador disse que ligava porque a conselheira havia feito inscrição para dança no CMS Oswaldo Vilella e precisava cadastrá-la no gabinete do vereador. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** dirigiu-se à conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres perguntando se a sala do PST 5.2 era um escritório do vereador. Acrescentou que a sede onde acontece a dança era a sala onde funcionava o Programa de Saúde de Trabalhador da AP 5.2, que foi extinto sem que fosse dada qualquer satisfação ao Conselho. Também, afirmou que sobre tudo isso, oficiou a CAP e falou com o Conselho Gestor, indagou à diretora o significado e o porquê daqueles acontecimentos e que não tinha nada contra aquelas atividades, mas sentia que estavam dançando de alguma forma que não era legal. Terminou parabenizando a Secretária de Saúde pela inauguração de uma Clínica de Saúde da Família no território da AP 5.2. Após, o **conselheiro José Cosme dos Reis** pediu que fosse respeitado o tempo que cada um tem para se manifestar, tendo em vista, que o sino foi tocado várias vezes anunciando que o tempo estava esgotado. Porém, as pessoas que estavam com a palavra o ignoraram e continuaram a falar. A seguir, a palavra foi passada a **Sra. Márcia** informando que faz parte da Comissão dos Agentes de Documentação Médica da Prefeitura e que estava ali para saber onde a categoria a qual pertence era essencialmente administrativa, estava enquadrada no PCCS; que aquela categoria não constava nem no PCCS dos administrativos e nem da Saúde; que já esteve com o Presidente Luís Felipe que garantiu não estarem em nenhum dos dois PCCS. Disse que a Sra. Miriam aconselhou-a a procurar a AFARIO a fim de inserirem os Agentes de Documentação Médica no PCCS dos Agentes Administrativos porque aquela categoria não era profissional de saúde. Nesse momento, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres**, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS começou a falar de todos os pontos elencados pela conselheira Neide Maria Neres Tinoco, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2. Disse que é do conhecimento da Secretária Municipal de Saúde que tenta articular constantemente com a Secretaria Municipal de Fazenda e com Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcelo Crivella para obter a solução dos problemas citados, destacando que não é uma aspiração da Secretaria Municipal de Saúde que os profissionais fiquem sem salários ou salários atrasados. Ressaltou que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários é tema de interesse e defendido pela secretária de saúde e nas questões salariais está vinculado em conseguir orçamento e financiamento para honrar todas as contas. Que algumas questões não são de governabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, mas de outros órgãos e entidades. Prosseguindo, faz uso da fala da conselheira Neide Maria Neres Tinoco para expor a responsabilidade e sua obrigatoriedade de possuir caixa para o pagamento dos funcionários da Organização Social que conquistou um Chamamento Público na AP 5.2. Não afirmando a certeza da existência da possibilidade de uma punição para a Organização Social que não efetuar o pagamento dos funcionários. Prosseguindo, destaca a necessidade dos conselheiros e conselheiras efetuar a fiscalização permanente dessas Organizações Sociais. Nesse momento, a **Senhora Miriam Andrade de Souza Lopes** deu aparte dizendo que vários trabalhadores são punidos e a gestão da Secretaria Municipal de Saúde é pólo de sustentação das OS's e salienta que são os únicos culpados na concepção dos juízes. Comentou ainda que os trabalhadores estão indo trabalhar sem pagamento enquanto a Secretaria Municipal de Saúde está organizando o orçamento. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** relata que as ações por parte da Secretaria Municipal de Saúde estão sendo realizadas, mas existem cumprimentos legais e administrativos que devem ser cumpridos e continuará sendo executado. Neste instante, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, comenta sobre o caso de suicídio no seu território realizado por um trabalhador da

Organização Social. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** cita que todas essas questões elencadas estão sendo resolvidas na medida em que são possíveis. Acrescentou a importância do método da conselheira Neide Maria Neres Tinoco de expor as questões problemáticas relacionadas ao seu território e que deveriam ser listadas e elencadas desta maneira nas reuniões do Conselho de Saúde. Apontou que dados atualizados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES de vinte e sete de setembro de dois mil e dezenove, apresentando cento e vinte e sete equipes incompletas que podem ser completadas. Porém é necessário ter profissionais para ocupar essas vagas. Apesar disso foram realizadas recentemente chamadas de concurso público com salários base de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mas as vagas não foram ocupadas para os preenchimentos dessas equipes incompletas. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** solicitou aos conselheiros e conselheiras que enviem suas pautas para a Comissão Executiva. Em seguida, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **ponto oito** listando as comissões do Conselho Municipal de Saúde, quando a **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** indaga se é possível no espaço de fala da comissão de IST/AIDS por representar o conselheiro integrante desta comissão. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** continuou listando as comissões do Conselho Municipal de Saúde, passando a fala para a **conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento** membro da comissão de Saúde Mental comentando que na reunião da referida comissão seria abordado o tema relatado pelo conselheiro Geraldo Batista de Oliveira sobre a ocorrência do suicídio de um trabalhador da saúde em seu território, expressando a necessidade de estabelecer uma conexão das ações das comissões de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador, objetivando analisar e exigir medidas efetivas da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao fortalecimento da saúde mental desses trabalhadores da saúde. Então, ocorreu o surgimento de uma pauta vinda do Senhor Roberto sobre os CAPS que estão sem reforma e com isso seria realizada uma audiência pública para conseguir realizar as melhorias necessárias dessas unidades de saúde. A **conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento** direcionou a palavra para o **Senhor Roberto** que relatou o não cumprimento da promessa feita pelo Prefeito Marcelo Crivella em uma reunião realizada no ano anterior para a construção de outro CAPSI em Ramos e que a atual encontra-se em estado precário e situado numa escola estadual. Destacou a dificuldade para o atendimento de qualidade para as crianças e adolescentes da região. Ainda no relato, comenta que apesar da existência do terreno para a construção do CAPSI não tem previsão para o início das obras, pois a verba existente foi bloqueada, dificultando ainda mais o atendimento das crianças e jovens da região. Prosseguindo, relata que as unidades de saúde mental do município do Rio de Janeiro encontram-se em situação de crise, com baixa de profissionais de saúde e com dificuldade na obtenção de medicamentos, prejudicando o atendimento à população, frisando que muitas das propostas originadas da saúde mental obtiveram dificuldade nas conferências realizadas neste ano. Concluindo, comenta sobre a verba direcionada para atenção primária advinda do Programa Saúde na Hora cuja parte desta verba poderia ser direcionada para a Saúde Mental. Prossegue citando a ação do Prefeito Marcelo Crivella de solicitar as pessoas que tivessem passando alguma necessidade daria suporte através do preenchimento de um carta, mas não foram obtidas notícias se realmente houve resposta sobre essa carta. Em seguida, cita a gravação postada na rede social do Prefeito sobre a reunião realizada com a Rede de Saúde Mental relatando que foram prontamente atendidos e criando canal direto para facilitar o diálogo direto e ainda anunciou a reforma dos CAPS e a realização da capacitação profissional sendo algo que nunca se realizou. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao Senhor Roberto. Passou para o **item nove**: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** disse que estava voltando das férias e que tinha ido visitar o filho que mora no Canadá, um país maravilhoso. Falou que no Canadá a educação é completamente pública; que sua neta, que mora naquele país, logo que chegou foi matriculada em uma escola próxima a casa dela e porque faltou um dia à aula para passear com o avô (David Lima), a escola ligou para saber o porquê da falta. Quanto à saúde, disse que o cidadão tem direito a saúde como um todo. Os que não são considerados cidadãos adquirem um seguro que lhes dará direito a um atendimento parcial ou total. Acrescentou que no Canadá são as policlínicas que dão o atendimento

necessário; é como se fosse um serviço particular, mas pago pelo governo (Estado); que na cidade de Waterloo, onde mora o filho, não tem nenhum hospital. Por esse motivo, as pessoas têm que ir para uma cidade próxima chamada Kirchner para serem atendidas e com tudo isso, as coisas parecem funcionar, pois há pouca reclamação. Finalizou dizendo que ficou entusiasmado com o que viu; um povo que tem respeito pelas individualidades e pelas diferenças e se a nossa Saúde funcionasse conforme foi sonhada, com o sistema de médico de família, com certeza seria muito melhor que a do Canadá. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** comentou que coletou algumas informações, principalmente no Diário Oficial do Estado sobre o financiamento da Saúde Mental com forma de co-financiamento, oriundas do Ministério da Saúde e repassada ao Estado e Municípios que estava inativo. Na Secretaria Estadual de Saúde e no Conselho Estadual de Saúde existe um grupo de trabalho que analisa todas as CAPS e leitos que serão beneficiados. Prosseguindo, advertiu os conselheiros e conselheiras para ficarem mais atentos às informações oficiais e de origem pública. Complementa sua fala dizendo que acompanhou pessoalmente a situação precária de todas as CAPS e CAPSI da Área Programática da AP 3.1, reunindo informações e apresentando para aplicação dessa verba. A seguir, a **Senhora Miriam Andrade de Souza Lopes** agradeceu a todos, especialmente a conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento, além da Comissão Executiva e o Conselho Municipal de Saúde. Iniciou o seu relato dizendo acreditar no Conselho Municipal de Saúde e que não desqualifica e nem compara nenhum dos presentes. Encontra-se feliz pela participação de todos e principalmente da participação da Presidente do Conselho Municipal de Saúde na Comissão Executiva. Expondo que o Conselho Municipal de Saúde exerce sua função com excelência e encaminha as questões para as autoridades pertinentes, porém quem não exerce a sua função é o governo. Parabenizou todos os conselheiros e conselheiras. Aplausos. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** pediu uma Questão de Ordem. Iniciou relatando que está exercendo suas atividades de conselheiro assim como qualquer outro, citando que o Conselho não abordou questões que deveriam ser abordadas e as pautas deveriam ser encaminhadas para a Comissão Executiva por todos os conselheiros e não apenas os presidentes dos conselhos. A seguir, relata que a situação da saúde do Rio de Janeiro está nas mídias e que o Conselho Municipal de Saúde deveria chamar a atenção dos presidentes dos demais conselhos para identificar nas suas regiões os problemas de saúde. Concluindo, cita que está se incluindo como conselheiro na sua fala, pois está inserido na responsabilidade enquanto presidente do conselho distrital. Em relação ao **item dez**, não houve informes da Gestão da SMS. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **item onze**: Informes do Colegiado. Após, o conselheiro José Cosme dos Reis, informou que os informes são três minutos, mas a **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** corrigiu informando que são cinco minutos. O **conselheiro suplente Sérgio Fernandes de Castro** representante do Conselho Distrital da 5.2, cita os maiores produtores de nióbio: Brasil, Canadá e Rússia, sendo que o Canadá direciona o investimento de 1% desse recurso para a saúde. Enquanto no Brasil, o maior produtor de nióbio do mundo, não direciona o investimento desse minério para o setor saúde. A seguir, cita o seu papel de voluntário no Hospital Eduardo Rabello no plano de entretenimento e relacionamento destacando a importância do tratamento da depressão e a nova conquista de financiamento para o setor da saúde mental para as áreas programáticas 5.1, 5.2 e 5.3. Outra questão abordada foi a pouca participação dos conselheiros nas políticas públicas e a atuação dos conselheiros na fiscalização e controle. Prosseguindo, solicita à Comissão Executiva reiterar a Rio-Urbe para acelerar a execução da obra para a inauguração do tomógrafo no Hospital Rocha Faria. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva**, representante do Conselho Distrital da 5.1, cita que a empresa INTERCEPT realiza a abertura do concurso para agente comunitário de saúde num curto período de tempo impossibilitando a população interessada de realizar sua inscrição e caracteriza uma certa ausência de interesse da própria organização social. A seguir, relata que os conselhos precisam realizar suas ações e atuar sobre as problemáticas que surgem no território, dizendo que a empresa Road Brazil Transportes Rodoviários Ltda não está fornecendo combustível para os motoristas realizar suas funções. Outra questão abordada está vinculada a situação dos trabalhadores do Hospital Rocha Faria, solicitando a Secretaria Municipal de Saúde a solução efetiva da situação dos

trabalhadores desta unidade. O **senhor Aldair Sales**, de Campo Grande, assistido pelo território da AP 5.2, graduando da UFRRJ, relatou o caso de uma pessoa com câncer que solicitou tratamento oncológico no SUS mas a pessoa faleceu rapidamente. Relatou a impressionante articulação do Hospital Badim no acesso as vagas dos leitos no Hospital Souza Aguiar, no mesmo tempo que as pessoas aguardam em filas intermináveis e sua situação de saúde se agravando. Prosseguindo, cita que devemos participar ativamente dentro das unidades de urgência e emergência fiscalizando e atuando nas suas problemáticas. Finalizando sua fala, enfatiza a necessidade do motivo dessa impressionante articulação da Família Badim com os hospitais públicos do Rio de Janeiro. Aplausos. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** relatou que na última plenária o Dr. Hugo Fagundes abordou sobre o suicídio e indaga o motivo de tantos casos presentes no seu território, relatando o impacto da doença nos trabalhadores e o atraso no atendimento do psicólogo na unidade de saúde. Relata que reconhece como absurda a situação em que se encontra a conselheira Vera Lúcia da Silva, presidente do conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, devido à apuração e o andamento da denúncia sobre a permanência do fechamento do local físico do Conselho Distrital da AP 2.1, apontando uma suposta articulação de destituição. Em seguida cita a questão sobre o andamento dos relatórios e da situação dos pontos focais. Relatou que na área da AP 5.3 foi utilizado o veículo do conselho distrital pelos pontos focais para realizar a avaliação local e o conselho local realizou a cobrança dos resultados e que todos receberam por suas atividades. Depois reclama que todos os conselheiros devem ter a responsabilidade de encaminhar os problemas do seu território para a Comissão Executiva, não apenas os presidentes dos conselhos distritais de saúde, visto que nem todos os presidentes estão cientes das problemáticas do seu território. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** esclareceu que o Conselho Municipal de Saúde recebeu uma denúncia sobre o não funcionamento do Conselho Distrital da AP 2.1 e que a Comissão Executiva do Conselho Municipal elegeu uma Comissão para apurar a denúncia. Essa Comissão tomou as providências cabíveis, mas que ainda não terminou o seu trabalho. Por essa razão, o resultado desse trabalho não foi trazido para a reunião de hoje. Em seguida deu início à leitura de parte de um memorando elaborado por aquela Comissão. Depois da leitura disse que já ouviu a Presidente do CDS e falta ouvir o próprio denunciante e um membro do Conselho do segmento usuário. A **conselheira suplente Regina Clélia de Oliveira Bueno** declarou que nunca conseguiu entender como funciona os fluxos de atendimentos na AP 2.1; que, lá, as equipes de Saúde da Família têm, uma vez na semana, uma reunião e que não colocam nenhum aviso no quadro prevenindo que estão em reunião e que por isso, não terá ninguém para atender a população. Informou que em Copacabana a asa nem é ocupada por trans, travestis e população LGBT e que foi visitada pelo Posto de Copacabana; que levava pessoas dessa casa para aquele posto para pedir o serviço e o serviço não era feito e que existe carência de médicos. Narrou que levou um homem “trans” ao posto porque eles têm vergonha de ir até lá e ficam constrangidos com a forma de atendimento dado a essa população. Ao chegar a equipe estava em reunião e depois de muita luta, teve que dizer que não sairia de lá sem o paciente estar marcado ou chamaria o 190 e faria uma denúncia de omissão de socorro. O posto marcou a consulta para o dia anterior ao daquela reunião e quando chegaram lá souberam que o médico estava doente e não tinha ido trabalhar. Narrou, também, o caso de um rapaz de 23 anos que estava com tuberculose e HIV, vindo a falecer em uma UPA já estando regulado há cinco dias para o Gaffrée Guinle. Na ocasião havia recebido pacientes do Hospital Badim quando do incêndio. Acrescentou achar que tinha bastante Rede D’Or por perto para levar os pacientes; o rapaz morreu no domingo e no dia seguinte (segunda-feira) pediram para ser regulado para a FIOCRUZ e o acontecido era rotineiro. Disse que gostaria que a Mesa solicitasse ao departamento responsável por essas rotinas dentro das Clínicas de Saúde da Família no município do Rio de Janeiro que as reformulassem e que o Departamento Jurídico do Município, relacionado à área da Saúde, explicasse como é feita a rescisão ou a destituição de Organizações Sociais e a emissão de um novo edital. Isso porque na AP 1.0, os funcionários da atual Organização Social estão com aviso prévio de 30 dias e sequer existe um edital em curso para a nova Organização Social assumir os serviços já que a atual está proibida legalmente de ter o seu contrato renovado. Por fim, perguntou como ficará o atendimento aos pacientes até a contratação da nova Organização Social já que os funcionários da

atual estão com aviso prévio. A **conselheira Ananda Carneiro Lopes Gonzalez** disse que gostaria de solicitar a Prefeitura do Rio de Janeiro que esclarecesse quem é a Sra. Andréa Carbone de Andrade, matrícula 11/148.604-2, técnico de laboratório, nomeada para exercer o cargo em Comissão na Gerência da Área Técnica de Práticas Integrativas e Complementares da Coordenação das Linhas de Cuidado das Doenças Crônicas não Transmissíveis da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde, da Secretária Municipal de Saúde, em substituição a Sra. Helene Frangakis de Amorim, farmacêutica, matrícula 11/191.341-7, exonerada conforme Resolução 4040 de 10 de setembro de 2019. Informou que pesquisou na internet e não encontrou nenhum documento curricular da nomeada (Sra. Andréa Carbone de Andrade), apenas um trabalho que apresentou em Cuba sobre “vacinas” e outro sobre a “importância da ergonomia no processo da melhoria das condições de trabalho” nos quais se constata que, em ambos, nada há que diga respeito às Práticas Integrativas. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde/RJ agradeceu a presença de todos. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e juntos, eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** e **Marcos Paulo da Silva Garcia** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes

Marcos Paulo da Silva Garcia